



**“PRA CÁ TEM CAMPO E PRA CÁ TAMBÉM TEM CAMPO, AÍ
NÓS FICA AQUI NO MEIO¹”: o campesinato frente a expansão da
soja na Microrregião de Chapadinha (MA)²**

***“FOR THERE IS FIELD AND THERE IS A FIELD IN HERE, THEN
WE STAY HERE IN THE MIDDLE”: the peasantry facing the
expansion of soybeans in the Microregion of Chapadinha (MA)***

Juscinaldo Goes Almeida³

Jose Sampaio de Mattos Junior⁴

RESUMO

Neste texto apresentamos uma breve reflexão sobre os processos de luta pela posse e permanência na terra realizada pelo campesinato no campo brasileiro, tendo por realidade empírica a microrregião de Chapadinha, no Maranhão. O encaminhamento metodológico utilizado teve por base o levantamento bibliográfico, a continuidade de reflexões realizadas em trabalhos anteriores, além da consulta de dados em fontes secundárias (IBGE, INCRA). Destacamos que os processos de mobilização camponesa de luta pela terra em curso na região em análise são variadas e relacionadas principalmente à criação de assentamentos de reforma agrária, acionamento de identidades étnicas e, sobretudo, a manutenção da condição camponesa, apesar da forte pressão exercida pelo agronegócio sobre seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Campesinato; Soja; Luta pela Terra; Microrregião de Chapadinha.

ABSTRACTIn this paper we present a brief reflection on the processes of struggle for land tenure and permanence carried out by peasants in the Brazilian countryside, having

¹ Trecho de entrevista realizada por Almeida (2017) durante trabalho de campo no município de Brejo-MA. Temos aí uma representação do campesinato de como se veem envolvidos, ou como geralmente se referem, *circulados* pelos denominados *campos* de soja.

² O presente texto resulta de pesquisas anteriores desenvolvidas na região em análise. Trata-se, portanto, de um esforço de reflexão iniciado na graduação e que tem perpassado também, a pós-graduação.

³ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisador do Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais da UEMA. E-mail: juscinaldogoes@hotmail.com.

⁴ Doutor em Geografia pela UNESP – Presidente Prudente (SP). Docente do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) e Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, ambos vinculados a UEMA. Coordenador do Grupo de Estudos em Dinâmicas Territoriais (GEDITE/UEMA). E-mail: sampaio.uema@gmail.com.



as empirical reality the micro-region of Chapadinha, Maranhão. The methodological process used was based on a bibliographical survey, on the continuity of the reflections made in previous works, and on the consultation of data from secondary sources (IBGE, INCRA). We highlight that the processes of peasant mobilization for land struggles underway in the region under analysis are varied and related mainly to the creation of agrarian reform settlements, the activation of ethnic identities and, above all, the maintenance of the peasant condition, despite the strong pressure exerted by agribusiness on their territories.

KEYWORDS: Peasantry; Soybean; Land Struggle; Chapadinha Microregion.

INTRODUÇÃO

A tarefa de compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo, e sua consequente expansão para o campo, passa pelo entendimento de que este se processa de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural, desigual e contraditório, criando por um lado o assalariamento e concomitantemente, o trabalho camponês (OLIVEIRA, 1999; 2001; 2007; 2016).

De acordo com Martins (1991), o quadro clássico do capitalismo apresenta o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. No Brasil, pontua o autor, tal processo não é assim tão claro, nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital (MARTINS, 1991).

No contexto brasileiro, o capitalismo atua se desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Em contrapartida, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa (OLIVEIRA, 2016).

Desse modo, o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste (OLIVEIRA, 2001; 2016). O campesinato, portanto, deve ser entendido como classe social e não somente como um setor da economia, uma



forma de organização da produção ou um modo de vida (MARTINS, 1990; PAULINO, 2008; MARQUES, 2016).

No centro das particularidades camponesas, conforme Shanin (2008) está a natureza da economia familiar. A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é o assalariado. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de forma tão eficaz e pouco dispendiosa (SHANIN, 2008).

Nesse contexto, com o desenvolvimento das relações capitalistas no campo brasileiro agudiza-se os processos de luta para permanência na terra levado a cabo pelo campesinato. Tais processos já de longa data presente no campo brasileiro, são intensificados, sobretudo, a partir da década de 1970, com a chamada modernização da agricultura (SILVA, 1982; DELGADO, 2016), denominado posteriormente também de agronegócio (HEREDIA, PALMEIRA, LEITE, 2010; MENDONÇA, 2013; SILVA, 2019), tendo como características predominante a intensa utilização de máquinas e implementos agrícolas com vistas ao aumento da produtividade no campo sem, contudo, alterar a estrutura agrária antiga (SILVA, 1982).

Tal conjuntura, denominada de mundialização da agricultura capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 2016) teve como um de seus principais traços transformar toda produção do campo em produção de *commodities* (mercadorias) para ofertá-la ao mercado mundial. Assim, a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando assim, a ser simplesmente, mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. Dentre as principais *commodities* do campo estão o trigo, milho, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras (OLIVEIRA, 2016).

A soja, como destacado, foi uma das *commodities* agrícolas que ganharam notoriedade no território nacional a partir dos anos 1970, passando a ser cultivada em larga escala nas áreas de Cerrado, tendo por estímulos o discurso de “vazio demográfico” e de “vocação natural” dessa região para a produ o de grãos.



Além disso, o Estado foi um agente primordial por meio do incentivo a pesquisa (EMBRAPA), linhas especiais de crédito agrícola, através de programas governamentais que tiveram impacto direto sobre os Cerrados. Dentre os quais se destacam: o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), criado em 1972, o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), iniciado em 1975, que beneficiou áreas dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Minas Gerais, e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) (GIORDANO, 1999; ALVES, 2006).

Afora os incentivos em pesquisa científica e crédito agrícola, o governo brasileiro, sobretudo a partir da década de 1970, passa a dotar o território brasileiro de infraestruturas de transportes (rodoviário, ferroviário e aquaviário) que servirão como pontos de exportação de commodities minerais e agrícolas, eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação (BERNARDES, 2007). A partir dos anos 1990, há uma ampliação do sistema logístico, de transporte e comunicação por meio de grandes empreendimentos visando à rapidez da circulação da produção, influenciada por atividades como o agronegócio da soja que, desse período em diante, se consolida nas regiões de fronteira agrícola (ALVES, 2006).

Os investimentos do Estado em pesquisa, crédito e infraestrutura de transportes foram responsáveis por uma nova configuração da geografia da soja no território brasileiro. Conforme Oliveira (2006), a expansão da área cultivada e do volume da produção de soja no território brasileiro inicia a partir do Sul do país, situação que permitiu a esta região posição de destaque no conjunto da produção e sua hegemonia até o final da década de 1990.

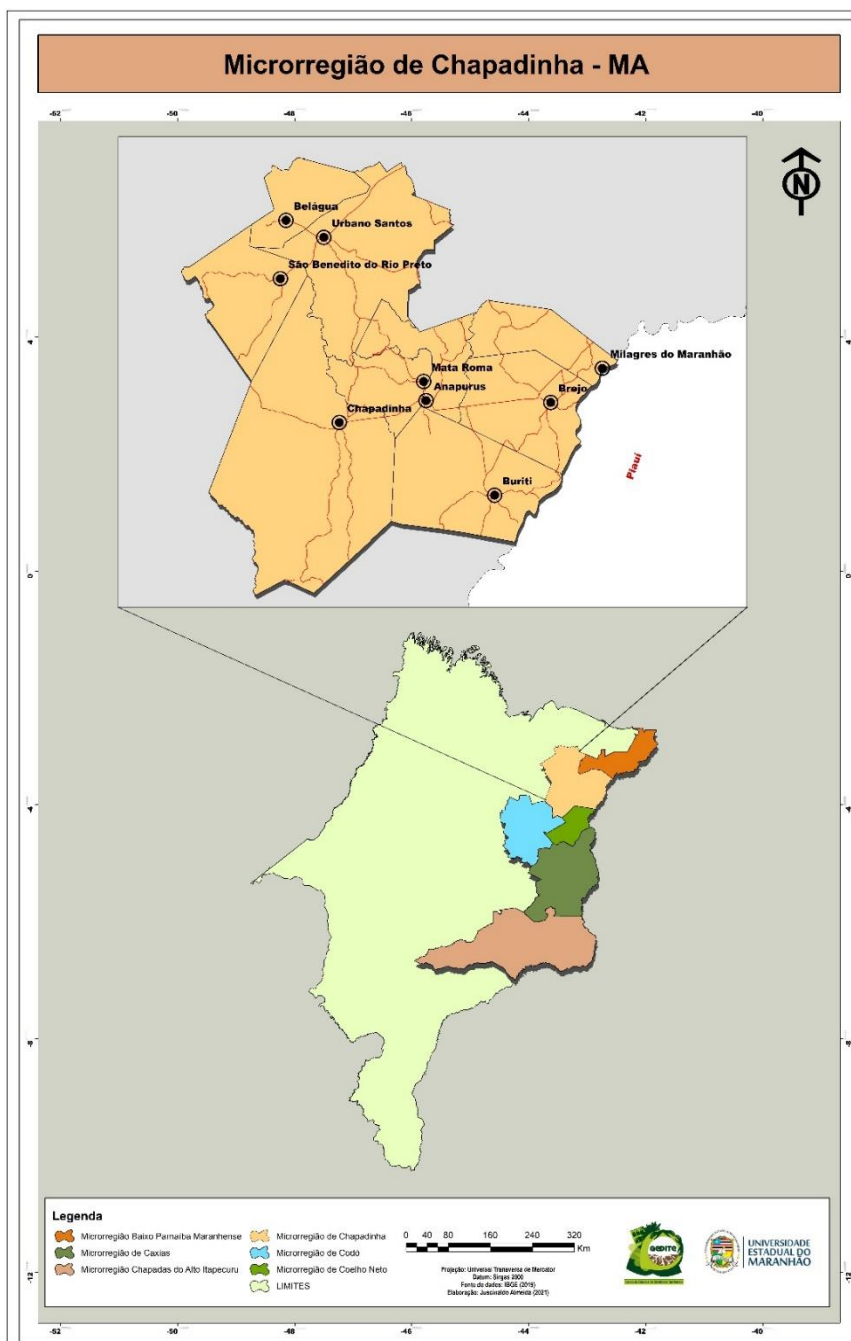
Na primeira década do século XXI, a expansão da área cultivada com soja foi direcionada principalmente para as áreas de cerrado da região Centro-Oeste, tornando-a principal produtora nacional. Esta leguminosa também foi expandida para a região Nordeste, sendo cultivada no oeste da Bahia e sul do Maranhão e Piauí (ALVES, 2006; OLIVEIRA, 2006).

A produção de grãos no Maranhão, tendo como carro-chefe a soja, é iniciada na década de 1980 na parte sul do estado, notadamente em Balsas e municípios adjacentes como Tasso Fragoso, Sambaíba, Loreto e Fortaleza dos Nogueiras. Nos anos posteriores,



o cultivo de soja se consolida na área em alusão e, sobretudo, na década de 2000 é expandida para outras partes do território maranhense, como a mesorregião Leste, com destaque para a microrregião de Chapadinha (Figura 01).

Figura 01 – Mapa de localização da microrregião de Chapadinha – MA





Fonte: Organizado a partir do IBGE (2015)

Diante dessa conjuntura, é de grande relevância pontuar que a expansão do agronegócio no campo brasileiro não ocorre sem conflitualidades (FERNANDES, 2004) e formas de luta e organização do campesinato contra as ameaças de expropriação. Destarte, variadas são as formas de mobilização realizadas por pequenos proprietários, rendeiros, ribeirinhos, caiçaras, posseiros, quilombolas, dentre outros segmentos camponeses, e indígenas para permanência na terra.

Portanto, o presente artigo tem por objetivo analisar os múltiplos processos de luta pela terra realizados pelo campesinato no campo brasileiro em face da expansão do agronegócio da soja, tendo por realidade empírica o Maranhão e, em especial, a microrregião de Chapadinha, localizada na parte Leste desse estado.

Destaca-se ainda que o presente texto busca dar continuidade a reflexões já desenvolvidas pelos autores acerca do avanço das estruturas produtivas do agronegócio no campo maranhense, em especial na região em alusão (ALMEIDA, 2014; 2017) e, também, contribuir com outros estudos já realizados sobre a temática.

Os procedimentos metodológicos utilizados se basearam em levantamento bibliográfico contemplando a vasta literatura já produzida sobre a expansão do agronegócio no campo brasileiro e maranhense; levantamento, análise e produção de material cartográfico a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE) no tocante a produção de soja no Maranhão; busca no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) da quantidade de assentamentos rurais criados e famílias assentadas na microrregião de Chapadinha com vistas a representação cartográfica dessas informações.

Ademais, o presente artigo contém a seguinte estruturação: na primeira parte fazemos uma reflexão sobre o papel do Estado e suas políticas públicas voltadas para a expansão do agronegócio no campo brasileiro; posteriormente apresentamos uma breve reflexão acerca da expansão da produção soja na Microrregião de Chapadinha; na última parte do presente texto destacamos os processos de luta do campesinato pela posse e permanência na terra na microrregião de Chapadinha.



O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DA SOJA NO MARANHÃO

O Estado é um dos principais agentes indutores da expansão do agronegócio no campo brasileiro. Dentre as várias ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal (BERNARDES, 2007).

No Maranhão, conforme documentos publicados pela Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA) a partir dos anos 1970, o governo estadual já realizava esforços no sentido de inserir o cultivo da soja no território maranhense. Os primeiros estudos experimentais com a soja foram realizados pela Secretaria de Agricultura no ano de 1971, por meio de convênio entre a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Secretaria de Agricultura do Maranhão (SAGRIMA) (MARANHÃO, 1983).

A EMAPA foi criada em 1976, e a partir do ano de 1978, iniciou um programa de pesquisa com soja coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Soja (CNPSo), tendo por objetivo verificar a nível de campo, a adaptabilidade da cultura em algumas regiões do estado do Maranhão. As áreas selecionadas, três no total, foram: Bacabal (Cocais), Balsas (Planalto) e Brejo (Cerrados). Os estudos tiveram como prioridade a seleção de genótipos resistentes a doenças, pragas comuns e com boas características fenotípicas. Outros trabalhos referentes às práticas culturais também foram realizados, a exemplo da determinação de épocas de semeadura, correção do solo com calcário e fósforo, adubação com macro e microelementos, entomologia e microbiologia (MARANHÃO, 1983).

Dentre as justificativas apresentadas para a expansão da produção de soja no Maranhão, destaque para o baixo desempenho da economia do estado que se assentava, fundamentalmente, na rizicultura e extrativismo do babaçu. Este último, a época, apresentava taxas decrescentes na sua oferta devido à excessiva devastação das palmeiras, comprometendo sobremaneira o parque industrial de oleaginosa e, em consequência, as atividades econômicas do estado (MARANHÃO, 1983).



No que se refere ao estabelecimento dos primeiros agricultores no sul do Maranhão, em especial no município de Balsas para desenvolvimento da cultura da soja, a literatura especializada indica a década de 1970 como início desse processo. Os denominados *gaúchos*⁵ chegam ao estado por intermédio de uma empresa particular de colonização de Goiás para o desenvolvimento, inicialmente, do plantio de arroz (DINIZ, 1984; SOUZA FILHO, 1995; ALVES, 2006; PAULA ANDRADE, 2008; CARNEIRO, 2008; FERREIRA, 2008; OLIVEIRA, 2011; MOTA, 2011).

Ao chegarem ao sul do Maranhão, os denominados gaúchos vão se instalar em áreas onde um campesinato encontra-se enraizado há mais de dois séculos, ou seja, não se defrontam com áreas “livres”, e sim com terras efetivamente ocupadas (PAULA ANDRADE, 2008).

Alves (2006) menciona que os primeiros agricultores sulistas chegaram ao sul do Maranhão na década de 1970, através de recursos disponibilizados pela SUDENE por meio de programas de desenvolvimento regional. Continua o autor destacando que os sinais da modernização contemporânea são mais visíveis a partir dos anos 1980, momento em que surgem as primeiras cifras de produção de soja no estado, com destaque para a região sul.

A partir da década de 1990, a pesquisa com a cultura da soja foi intensificada na região de Balsas por meio da parceria com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) através da Superintendência da Estrada de Ferro Carajás. Além do convênio de cooperação técnica-financeira para custeio de pesquisa, ocorreram estudos conjuntos para criação do Programa Corredor de Exportação Norte embasados nos estudos da EMBRAPA, do apoio financeiro do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), assim como, da presença de recursos humanos e de condições favoráveis à produção de grãos em larga escala (PALUDZYSZYN FILHO, 1995; FERREIRA, 2008).

No ano de 1993 foi criada no município de Balsas, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte “Irineu Alcides Bays” (FAPCEN), tendo por

⁵ É uma categoria genérica utilizada pela população local para se referir àqueles indivíduos oriundos de estados da região Sul e Sudeste do país.



objetivo representar os empresários, nas áreas de pesquisa e extensão privada, dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins. Esta empresa conta também com parceria da EMBRAPA SOJA, sendo fundamental no desenvolvimento de novas tecnologias e cultivares de soja adaptados às condições fisiográficas da região (FERREIRA, 2008; OLIVEIRA, 2011).

O PRODECER III, como anteriormente mencionado, foi outro programa desenvolvido pelo Estado no sentido de estimular a produção de soja no sul do Maranhão. Criado no ano de 1995 e implantado no município de Balsas, mais especificamente na Serra do Penitente, se constituiu num grande investimento direcionado para ampliar a produção de grãos (SOUZA FILHO, 1995; GIORDANO, 1999; FERREIRA, 2008; ALVES, 2006; LIMA, 2015).

O projeto Rodovias Brasil II foi outro programa direcionado para o sul maranhense no sentido de viabilizar a produção de soja na região. Segundo Souza Filho (1995), este programa, aprovado pelo Banco Mundial, foi responsável pelo melhoramento e pavimentação da estrada que liga os municípios de Balsas a Alto Parnaíba, com um orçamento de 79 milhões de dólares sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão (DERMA).

Nesse contexto, as iniciativas do Estado foram fundamentais para a consolidação da produção de soja no sul do Maranhão e, a partir dos anos 2000, sua expansão para outras regiões do estado, a exemplo do Leste, concentrando-se na microrregião de Chapadinha.

A crescente expansão da cultura da soja para outras regiões do Maranhão está diretamente relacionada a estruturação, por meio de política pública estatal, de uma grande região de produção do agronegócio (produção de grãos, pecuária etc.) formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, denominada pelos veículos de comunicação, setores da academia e entidades governamentais de MATOPIBA.

O MATOPIBA corresponde a um acrônimo formado pelas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia constituindo-se numa grande região de expansão do agronegócio nos cerrados Norte-Nordeste, considerada a última fronteira agrícola do país. A referida área foi institucionalizada por meio do Decreto Presidencial nº 8.447, de 2015.

A delimitação territorial do MATOPIBA compreende 31 microrregiões geográficas abrangendo 337 municípios, totalizando 73 milhões de hectares. No referido



território há cerca de 320 estabelecimentos rurais ocupando 33.929.100 hectares, 46 Unidades de Conservação (8.334.679 ha), 35 Terras Indígenas (4.157.189 ha), 781 Assentamentos da Reforma Agrária e Áreas Quilombolas (SILVA JUNIOR; WICHINIESKI; COSTA, 2015).

Dentre os principais fatores considerados para a delimitação do MATOPIBA destaca-se a presença das áreas de cerrado no território dos municípios que compreendem esse recorte territorial. O segundo refere-se aos dados socioeconômicos, baseados em um “sistema de inteligência territorial estratégica” da EMBRAPA, responsável pela coleta e análise de dados que compõem cenários atuais e indicam futuros possíveis para o crescimento da região (ALMEIDA, 2017).

A despeito dos investimentos, das projeções de crescimento produtivo e de expansão, em outubro de 2016 o departamento criado para atender ao desenvolvimento do MATOPIBA foi extinto, tendo como justificativa a contenção de gastos. Entretanto, embora tenha havido uma desinstitucionalização federal e que a região tenha deixado de ser considerada área prioritária, ela não deixará de receber investimentos, sejam privados ou públicos. As comunidades que vivem na região continuarão a ser ameaçadas independente de institucionalização (ALMEIDA; SODRÉ; MATTOS JUNIOR, 2019).

NOTAS SOBRE A EXPANSÃO DA SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA-MA

A microrregião de Chapadinha corresponde a uma das seis microrregiões que formam a Mesorregião Leste Maranhense, apresenta uma área territorial de 10.226 km² e uma população total de 245.029 habitantes, segundo o IBGE. É composta por nove municípios, sendo eles: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos.

No leste maranhense, a microrregião de Chapadinha lidera o ranking de produção da soja, concentrada principalmente nos municípios de Brejo, Buriti, Anapurus e Mata Roma, sendo considerada uma nova fronteira da produção de soja no Brasil (CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013; NASCIMENTO, 2011).

Os condicionantes para introdução e expansão da produção de soja na região estão relacionados aos trabalhos de pesquisa realizados pela Embrapa e Emapa, num primeiro



momento e, posteriormente, a iniciativas dos chamados gaúchos e também das empresas que lá se instalaram. A introdução de cultivos experimentais se inicia na primeira metade da década de 1990 e a partir do seu final, se expandirá com vistas à comercialização no exterior.

Após seu estabelecimento na Microrregião de Chapadinha, os gaúchos se apropriaram das áreas de *chapadas*⁶ que foram vendidas por latifundiários da região a preços baixos. Nesse contexto, os plantios de soja foram abertos pelos caminhos tradicionais de circulação dos camponeses que ligam povoados e estes as sedes municipais. Os moradores desses locais percebem essa disposição fazendo uso de expressões como viver circulado, estar em círculo, habitar no círculo, opondo essa maneira de utilização das chapadas ao regime agrícola de uso comum que predominava tradicionalmente entre elas (GASPAR, 2013).

A partir dos anos 2000, a produção de soja na Microrregião de Chapadinha avança em diferentes municípios, tendo como fatores de atração, além dos já destacados, sua proximidade em relação ao Porto do Itaqui, a possibilidade de escoamento da produção agrícola através da BR-222, a crescente liberação de crédito rural (CAMPELO, 2000; CARNEIRO, 2008; GASPAR, 2013), a inauguração do Terminal de Grãos do Maranhão (TEGRAM), além da inserção da região na prioritária de investimentos do MATOPIBA.

O avanço da soja na microrregião de Chapadinha não ocorre em áreas vazias, tal expansão vai se deparar com um campesinato estabelecido há tempos bastante recuados. Paula Andrade (1995) em trabalho de campo na região identificou a presença de distintos segmentos camponeses sendo eles: *pequenos proprietários, herdeiros da terra de herança sem partilha, moradores de terras de preto e posseiros*.

As principais atividades econômicas desenvolvidas por esse campesinato estão relacionadas ao cultivo de alimentos básicos, a exemplo da mandioca, arroz, milho e conjuntamente a extração de mel, frutas nativas como bacuri e pequi, além da caça, pesca e criação de animais de grande e pequeno porte em áreas de cerrado denominadas baixão,

⁶ As áreas de chapada correspondem a denominação dada pelos camponeses às áreas de cerrado no leste maranhense. Tais espaços são apropriados para criação de gado bovino e outros animais, caça e extrativismo. Essas áreas sempre tiveram importância crucial no âmbito da economia dos diferentes segmentos camponeses (PAULA ANDRADE, 1995).



capão e chapada (MORAES, 2009; PAULA ANDRADE, 1995; GASPAR, 2013). O artesanato com madeiras extraídas das chapadas é outra importante fonte de renda, como é o caso do povoado São João dos Pilões no município de Brejo, onde várias famílias desenvolvem essa atividade.

Por volta dos anos 1980, essa região foi ocupada por grandes grupos econômicos, dentre eles destaca-se: o Grupo João Santos, Maranhão Gusa S/A (MARGUSA) e seu braço florestal a época, Maranhão Reflorestadora Ltda. (MARFLORA), Comercial e Agrícola Paineiras pertencente ao Grupo Suzano Papel e Celulose que assumiu os projetos de manejo florestal sustentado, transformando as áreas de cerrado em imensos plantios de eucalipto (PAULA ANDRADE, 1995; 2012). E, a partir dos anos 2000, a produção de soja é expandida na região pelos chamados gaúchos. A chegada desses agentes empresariais à região foi responsável pela desestruturação dos territórios camponeses por meio do processo de aquisição de terras através de atos ilícitos (SHIRAIISHI NETO, 1995), desmatamento do cerrado e expropriação de moradores dos seus povoados.

Como demonstramos em outro trabalho (ALMEIDA, MATTOS JUNIOR, 2016), outra consequência negativa direta da conversão das chapadas em plantio de soja e eucalipto relaciona-se a diminuição do tamanho das áreas voltadas para o cultivo de produtos como mandioca e arroz pela agricultura camponesa que são a base alimentar desta população que vive no campo.

Desse modo, se intensifica o conflito entre *terra de negócio* e *terra de trabalho*, como lembra Martins (1991, p. 55):

(...) quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem.

Nesse contexto, mesmo com a constante ameaça de expropriação pelo agronegócio, o campesinato da região tem desenvolvido ações de luta para permanência



na terra, que podem ser definidas como formas cotidianas de resistência⁷ (SCOTT, 2002), através da criação de assentamentos de reforma agrária, acionamento de identidades étnicas específicas, enquanto remanescentes de quilombos etc.

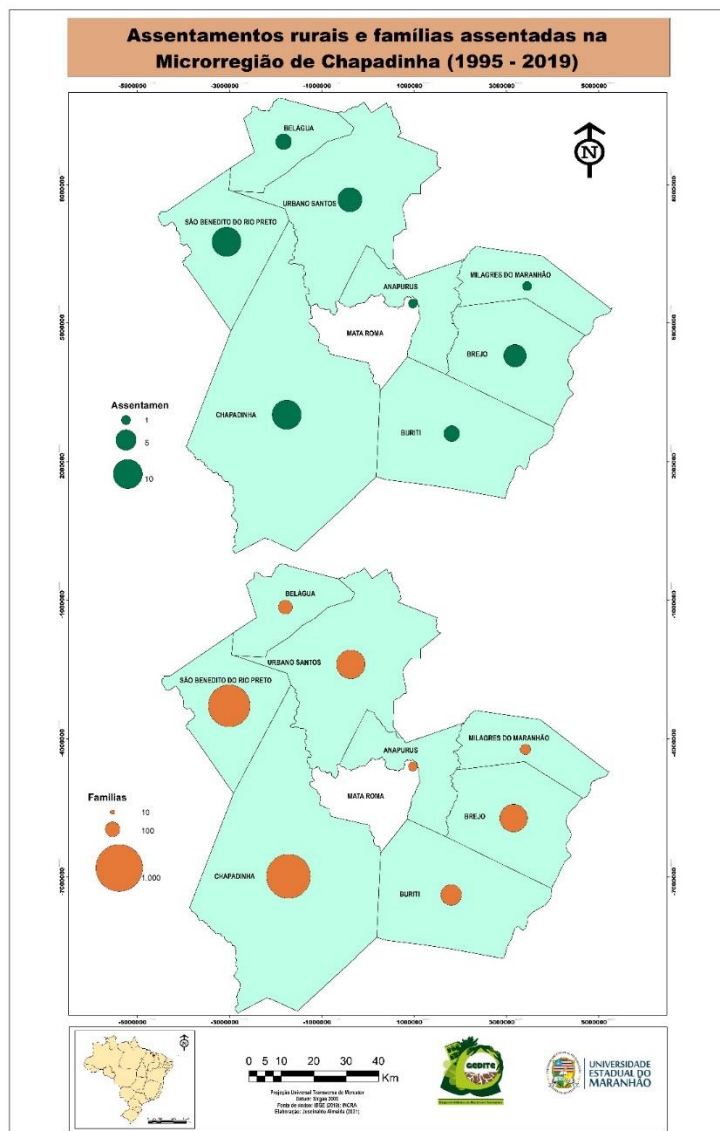
OS PROCESSOS DE LUTA PELA TERRA FRENTE A EXPANSÃO DA SOJA NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA

Apesar da forte pressão exercida pelo avanço dos monocultivos da soja e eucalipto sobre os territórios camponeses na região em análise, observa-se em contrapartida, um processo de luta pela terra em curso através de várias formas de mobilização, dentre elas, destaca-se a criação de assentamentos de reforma agrária.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre os anos de 1995 a 2019, tomando como referência os municípios que se destacam na produção de soja na microrregião de Chapadinha, foram criados 36 projetos de assentamentos rurais, assentando um total aproximado de 2.360 famílias (Figura 02).

Figura 02 – Mapa dos assentamentos rurais e famílias assentadas na microrregião de Chapadinha – MA

⁷ As formas cotidianas de resistência camponesa para Scott (2002, p. 11) compreendem a luta prosaica, porém constante entre o campesinato e aqueles que dele procuram extrair trabalho, alimento, impostos, renda e juros. Tais formas têm características que requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento, sempre representando uma forma de autoajuda individual, evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas da elite.



Fonte: organizado a partir de dados do INCRA.

O município de Chapadinha e São Benedito do Rio Preto, como demonstra a Figura 02, foram aqueles no período analisado, que apresentaram a maior quantidade de assentamentos criados, 10 projetos cada, assim como, de famílias assentadas (respectivamente 883 e 802). Em seguida, aparece o município de Urbano Santos com 380 famílias assentadas em 7 projetos de assentamentos criados.

Os dados do INCRA apontam ainda que a maior parcela dos projetos de assentamentos nos municípios em análise foi criada a partir dos anos 2000, período que coincide com a forte expansão da produção de soja, demonstrando um processo de mobilização camponesa em contraposição ao desenvolvimento do agronegócio na região.



Convém ressaltar que em 2019 a reforma agrária no Brasil sofreu a maior retração da sua história, desde 1985, quando foram criados somente 3 assentamentos. No ano de 2019 nenhum assentamento foi criado e nenhuma área foi desapropriada com vista à Reforma Agrária (FERNANDES et. al. 2020).

Almeida (2017), em estudos sobre os assentamentos de reforma agrária criados a partir de situações conflituosas entre camponeses e produtores de soja, denominados *gaúchos*, destaca o caso de dois projetos específicos, os PA Santa Tereza e Pacuti, ambos localizados no município de Brejo, principal produtor de soja da microrregião de Chapadinha.

Tanto no PA Santa Tereza como no PA Pacuti, a mobilização para transformação das áreas em assentamentos de reforma agrária foi uma estratégia utilizada pelos camponeses como forma de permanecer na terra em face à ameaça de expropriação pelo agronegócio da soja, contando ainda com o apoio de entidades externas como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Diocese de Brejo.

Com a pressão exercida pelo avanço dos plantios de soja nas proximidades do povoado, os camponeses passaram a lutar pelo processo de regularização fundiária através do INCRA, de uma terra de aproximadamente 800 hectares que englobava além das moradias, uma área ainda não desmatada (ALMEIDA, 2017). Num primeiro momento, a estratégia do chamado *gaúcho* foi tentar convencer os moradores de informar ao INCRA que edificações como escola, estrada e rede de energia elétrica teriam sido construídas por ele. Em virtude da negativa dos camponeses, e como forma de dificultar o processo de desapropriação da área, o chamado *gaúcho* procede à divisão da terra em lotes.

Apesar da estratégia de parcelamento da terra para dificultar o processo de regularização fundiária, os camponeses conseguiram no ano de 2008 por meio do INCRA, a desapropriação de uma área de aproximadamente 454 hectares intitulada PA Santa Tereza I. Em função do tamanho da área desapropriada não ser suficiente para as 60 famílias que a época residia no *povoado* foi feito um acordo entre os moradores para o cadastramento de 35 famílias.

A despeito de nem todas as famílias do PA Santa Tereza esteja cadastrada no INCRA enquanto beneficiários de Reforma Agrária, os entrevistados destacam os



mesmos direitos que estes possuem de usufruir a área desapropriada em relação àqueles denominados *assentados*.

Mesmo com a desapropriação pelo INCRA de apenas 454 hectares, as famílias do PA Santa Tereza continuam utilizando toda a área como sempre o faziam, apesar da venda de parte das terras pelo antigo proprietário aos chamados *gaúchos*. Essa estratégia tem proporcionado o desenvolvimento de atividades essenciais para o grupo, a exemplo do extrativismo de madeira e frutos do cerrado e atividades agrícolas, situação que se tornaria impossível caso permitissem que a área fosse desmatada para plantio de soja.

Outro projeto de assentamento rural cujo histórico de criação é marcado por situações de conflito com os chamados *gaúchos* foi o PA Pacuti, também situado no município de Brejo, que teve o processo de desapropriação da terra iniciado no ano de 2010, possuindo 50 famílias cadastradas numa área total de 734,43 hectares (ALMEIDA, 2017).

O período que antecede a criação do assentamento é caracterizado pelas principais lideranças como de “muita briga pela terra”. Percebendo que as terras ainda restantes nas proximidades do povoado aos poucos estavam sendo adquiridas pelos sojicultores por meio da venda daqueles que se definiam como proprietários, os camponeses, como estratégia de autodefesa, passaram a ocupar as áreas entendidas como *terra solta* ou *terra de sobra* através da construção das chamadas *roças*, segundo informações das lideranças locais.

Posterior ao processo de ocupação da nova área, os camponeses vão se defrontar com a reação dos chamados *gaúchos*, a partir do momento que esses agentes passaram a destruir as chamadas *roças*. Como forma de reação, as famílias queimaram um dos tratores que realizava o desmatamento de uma área de cerrado nas proximidades do *povoado*, situação apontada como o ápice da disputa pela manutenção do território.

Dentre as estratégias de defesa do território destaca-se ainda a iniciativa de ocupação de uma área de cerrado para a localização das moradias das famílias, situação até então incomum para esse grupo, já que tradicionalmente, nessa região, as unidades residenciais que compõem os chamados *povoados*, foram estabelecidas próximas aos cursos d’água, nos chamados *baixões* (ALMEIDA, 2017).



Além da criação de assentamentos de reforma agrária, os camponeses da microrregião de Chapadinha têm buscado outras estratégias para permanência na terra, como é o acaso da autoafirmação enquanto remanescentes de quilombos, sendo pertencente a um território comum, como é o caso do povoado São Raimundo inserido no Território Quilombola de Saco das Almas⁸, no município de Brejo (ALMEIDA, 2017).

Segundo informações levantadas por Almeida (2017), a partir de 2005 ocorreu um intenso processo de aquisição das áreas de chapadas pelos gaúchos nas proximidades do povoado por meio da venda daqueles que se diziam proprietários, assim como através da posse ilegítima, naquilo que denomina de invasão de terra pelos sojicultores.

No processo de disputa pela terra com os gaúchos os moradores rememoram um episódio em que lideranças de São Raimundo e povoados vizinhos, sob ameaça de queima de tratores, pararam o desmatamento de uma área de chapada para plantio de soja dentro do território de Saco das Almas.

As lideranças locais mencionam que um momento importante do processo de luta pela terra foi o reconhecimento do povoado São Raimundo como comunidade remanescente de quilombo pertencente ao Território Quilombola de Saco das Almas.

O reconhecimento do povoado São Raimundo enquanto remanescente de quilombo, torna-se um marco importante da luta pela terra travada por esses camponeses contra o agronegócio. Pelo fato de também fazerem parte do Território de Saco das Almas e por, segundo as lideranças, “não tá na luta sozinhos”, fortalece suas reivindicações enquanto sujeitos de direitos à terra.

Embora o povoado São Raimundo tenha passado pelo processo de identificação enquanto comunidade remanescente de quilombo, o que se considera uma garantia de direito à terra importante frente ao avanço da sojicultura na região, torna-se importante mencionar os problemas que os camponeses enfrentam. Por estarem situados próximos aos chamados campos de soja, como por exemplo, a impossibilidade de realizar a criação de animais como o porco, além do extrativismo animal e vegetal, atividades imprescindíveis enquanto fonte de alimento para esse grupo.

⁸ Para maior aprofundamento sobre o Território Quilombola de Saco das Almas consultar, dentre outros trabalhos o de Salas (1998).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo do presente texto tiveram por objetivo destacar os processos de luta realizados pelo campesinato enquanto sujeito histórico no Brasil, tomando por realidade empírica o estado do Maranhão. Entendemos que a realidade ora apresentada compreende apenas um, dentre vários exemplos, de formas de resistência levado a cabo por variados agentes sociais em sua luta cotidiana no País.

Como foi demonstrado, a soja no Maranhão vem a cada ano se expandindo, seja em termos do aumento da área plantada como em relação a quantidade produzida, contribuindo para colocar o estado como um dos principais produtores dessa leguminosa no Brasil, tendo por suporte todo o aparato de políticas públicas direcionadas para o setor.

A expansão da produção de soja nas chapadas maranhenses e, em especial na microrregião de Chapadinha, não ocorreu em áreas vazias. Aí havia um campesinato estabelecido a tempos bastante recuados usufruindo o território a partir de regras bastante específicas, tanto material como simbólico.

Desse modo, a substituição das chapadas por campos de soja coloca em confrontação dois modos distintos de apropriação da terra: a exploração intensiva visando sempre o aumento do lucro, a terra é vista como valor de troca; por outro lado, a terra utilizada pelo camponês de modo heterogêneo, por meio do cultivo de vários produtos num mesmo território, visando precipuamente o consumo familiar.

Não obstante o forte crescimento da área plantada com soja e da silvicultura do eucalipto na microrregião de Chapadinha, destacamos as distintas formas de estratégias para permanência na terra e, certamente, outras haverão de existir. Assim, as ações de luta pela terra estão relacionadas à mobilização para criação de assentamentos de reforma agrária, o acionamento de identidades étnicas específicas dentre outras. Por fim, entendemos que as estratégias de resistências não se restringem somente as confrontações diretas, daí considerarmos a existência também de formas silenciosas de luta, como a própria decisão de permanecer no território onde residem, apesar de todas as adversidades – como presos entre campos de soja – se constitui em uma forma de resistir.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Juscinaldo G. **A luta na/pela terra frente à expansão da soja no município de Brejo – MA.** 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. São Luís, 2017.

ALMEIDA, Juscinaldo G. **Resistências territoriais desencadeadas a partir da implantação e expansão da soja no município de Brejo – MA.** 103 f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2014.

ALMEIDA, Juscinaldo G.; MATTOS JUNIOR, Jose Sampaio de. A dinâmica da produção de soja no município de Brejo (MA) e seus reflexos na produção agrícola camponesa. **CAMPO-TERRITÓRIO.** v. 11, n. 24, pp. 374-399, ago. 2016.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha. **Revista NERA,** v. 22, n. 47, pp. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALVES, Vicente Eudes. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio.** 320 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006.

BERNARDES, Júlia A. Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica. **Revista NERA.** Ano 10, n.10, pp.1-10, jan./jun. 2007.

CAMPELO, Gilson Jesus de A. **Vantagens competitivas da exploração da soja no cerrado do Nordeste do Maranhão.** Comunicado Técnico. Embrapa Meio-Norte, 2000, 2 p.

CARNEIRO, Marcelo S. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, S; NUNES, S.P; CARNEIRO, M. S (Org.). **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão:** duas faces do cultivo da soja no Brasil. – Rio de Janeiro: FASE, 2008. 148 p. p.75-143.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf>. Acessado em: 16 de agosto de 2016.

DINIZ, José Alexandre F. Modernização e conflito na fronteira ocidental do Nordeste. **Revista GeoNordeste.** n.1, pp.12-20, março de 1984.



FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Texto. 2004? Disponível em: http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/564/Quest%c3%a3o%20agr%c3%a1ria_conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em: 05.07.2019.

FERREIRA, Maria da Glória R. **A dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na região de Balsas - MA.** 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFRJ/Rio de Janeiro, 2008.

GASPAR, Rafael B. **O eldorado dos gaúchos:** deslocamento de agricultores do Sul do País e seu estabelecimento no Leste Maranhense. 1ª ed. São Luís: EDUFMA, 2013. 153 p.

GIORDANO, Samuel R. **Competitividade Regional e Globalização.** 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP/São Paulo, 1999.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** n. 74, vol. 25, p. 159-196, 2º sem. 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados – Informações gerais sobre os assentamentos de Reforma Agrária.** Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado em: 20.02.2021.

LIMA, Debora A. A expansão da fronteira agrícola moderna nos cerrados do centro-norte e o avanço dos monocultivos de soja no Tocantins. In: Vicente Eudes Lemos Alves (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil.** - Rio de Janeiro: Consequência Editora/FAPESP, 2015.

MARANHÃO. Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária. **Subsídios para um programa de expansão da cultura da soja no estado do Maranhão.** São Luís, 1983. 30 p.

MARQUES, Marta Inez M. A atualidade do conceito de camponês. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** interpretações sobre o camponês e o campesinato. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MARTINS, José de S. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. 3ª ed. revista e ampliada. – São Paulo: HUCITEC, 1991. 181 p.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4ª ed.– Petrópolis: Vozes, 1990. 185p.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha F. de. **Modo de produção capitalista e agricultura:** a construção do conceito de *Agronegócio*. 217 f. Tese (Doutorado em Geografia



Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MORAES, Maria Dione C. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas – modo de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODÓI, E. P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol. II. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

MOTA, Francisco Lima. **O rural e o urbano na cidade de Balsas (MA): transformações socioespaciais no pós 1980**. 139 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFU/Uberlândia, 2011.

NASCIMENTO, Silvani Magali V. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento**. 330 f. Tese. (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. UFMA/São Luís, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das lutas no campo**. 9ª ed. – São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Agricultura camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Amazônia e a nova geografia da produção de soja. **Terra Livre**. Ano 22, v.1, n.26. p. 13-43. Jan./Jun. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **Agrária**. n. 12, pp. 3-113, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, João P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016.

OLIVEIRA, Danniell Madson V. **“Admirável” Sertão Novo: o processo de territorialização da soja no município de Balsas, Sul do Maranhão**. 166 f. Monografia. (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

PALUDZYSZYN FILHO, E. **A cultura da soja no sul do Maranhão**. Londrina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 1995. 34 p.



PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, F. G. (Org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995. p. 15-64.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **Os gaúchos descobrem o Brasil:** projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: EDUFMA, 2008. 226 p.

PAULA ANDRADE, Maristela de (et al). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense** – problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados gaúchos no Baixo Parnaíba. 225 f. Relatório de Pesquisa. GERUR/PPGSoc/UFMA, 2012.

PAULINO, Eliane T. Territórios em disputa e agricultura. In: In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução de Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. **Revista Raízes**, Campina Grande. PB, vol. 21, n. 01, p. 10-31, 2002.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA JUNIOR, José P; WICHINIESKI, Isolete; COSTA, Saulo B. **A pílula dourada do agrohidronegócio, o Matopiba.** In: Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo – Brasil 2014.** Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

SILVA, Carlos Alberto F. **A modernização distópica do território brasileiro.** – Rio de Janeiro: Consequência, 2019. 552p.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982. 192 p.

SOUZA FILHO, Benedito. A produção de soja no sul do Maranhão e seus impactos para segmentos camponeses. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (org.). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995. pp. 243-274.

Artigo recebido em: fevereiro/2021

Artigo aceito em: julho/2021